

## Guia de Legislação Ambiental Federal



A legislação brasileira é considerada uma das mais avançadas e completas do mundo. Impulso prodigioso nesse campo ocorreu a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, que, entre outros méritos, dedica capítulo especial à matéria ambiental. Outro fato determinante para o aprimoramento do arcabouço legal nessa área foi, sem dúvida, a ECO 92, Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que trouxe à cena a questão da preservação do meio ambiente, como condição indispensável à garantia da sadia qualidade de vida.

Embora nossa legislação seja vasta, muitos pontos ainda carecem de aplicabilidade, em especial porque o tema é novo entre nós, fazendo com que grande parte da população desconheça que tem direito a um meio ambiente equilibrado.

O escritório Pinheiro Pedro Advogado, como especialista na questão, se mantém em constante sintonia com os temas atuais da agenda ambiental, prestando assessoria a empresas e instituições públicas ou privadas, além de atender às mais diversas demandas judiciais. Atua, também, na prospecção de novos horizontes para a gestão ambiental equilibrada, que preconize o desenvolvimento do País, sem comprometer sua biodiversidade e seus ecossistemas singulares.

O presente Guia de Legislação Ambiental Federal é uma contribuição do escritório para difusão das normas ambientais brasileiras, servindo, também, para orientar e facilitar as pesquisas de estudantes e interessados na legislação ambiental do País.

É certo que somente o Guia não esgota nosso vasto arcabouço de leis ambientais, mas, sem dúvida, significa um ponto de partida. Para aprofundar os temas aqui contidos, o escritório Pinheiro Pedro Advogados coloca à disposição dos interessados sua página na Internet, no endereço eletrônico [www.pinheiropedro.com.br](http://www.pinheiropedro.com.br), ou seu e-mail [advogados@pinheiropedro.com.br](mailto:advogados@pinheiropedro.com.br).

A legislação ambiental brasileira é bastante rica. Conhecê-la, interpretar o espírito da lei e aplicá-la adequadamente na solução dos problemas, constitui tarefa das mais difíceis, porém fascinante.

**Antonio Fernando Pinheiro Pedro**  
**Advogado Sócio-Diretor**

## CARÁTER GERAL

Constituição Federal de 1988

Artigo 225 e seguintes - Dispõe sobre o meio ambiente.

Lei Federal - 10.650/2003

Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações ambientais existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama, instituído pela Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Lei Federal - 10.257/2001

Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecendo diretrizes gerais da política urbana - Estatuto da Cidade. O aspecto mais relevante introduzido por esta lei é o instituto do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), que visa contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades. Revogada parcialmente pela Medida Provisória nº. 2180-35 Altera as Leis 8.437-30/06/92, 9.028-12/04/95, 9.494-10/09/97, 7.347-24/07/85, 8.429-02/06/92, 9.704-17/11/98, Decreto-Lei n 5.452-01/05/43, Leis 5.869-11/01/73, e 4.348-26/06/64, dispõem sobre a concessão de medidas cautelares contra atos do Poder Público.

Lei Federal - 10.165/2000

Institui a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA e Taxa de Vistoria. Acresce os artigos 17-A a 17-O, à Lei Federal 6.938/81.

Lei Federal - 9.017/1995

Estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos e insumos químicos, que possam ser destinados à elaboração da cocaína em suas diversas formas, e de outras substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica. Revogada parcialmente pela Lei nº. 1.0357, de 28/12/2001. Estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos que direta ou indiretamente possam ser destinados à elaboração ilícita de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica. Decreto nº. 4262 de 11/06/2002.

Lei Federal - 7.804/1989

Altera a redação de alguns dispositivos das Leis 6.803/80 e 6.938/81. Altera, na Lei 6.938/81, o artigo 1º; o inciso V, do artigo 3º; os incisos I a VI, do artigo 6º; o artigo 7º e seus parágrafos; o inciso II, do artigo 8º; os incisos VI, X, XI e XII, do artigo 9º; o artigo 10 e seu parágrafo 4º; o artigo 15 e seus parágrafos; o artigo 17 e seus incisos I e II; revoga o artigo 16 e inclui o artigo 19. Substitui, na Lei 6.803/81 e na Lei 6.938/81, a sigla SEMA por IBAMA.

Lei Federal - 6.938/1981

Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins, mecanismos de formulação, aplicação e estrutura do SISNAMA.

Decreto Federal - 3.942/01

Dá nova redação aos arts. 4º, 5º, 6º, 7º, 10 e 11 do Decreto Nº 99274, de 6 de junho de 1990.

#### Decreto Federal - 3.665/2000

Dá nova redação ao Regulamento para fiscalização de produtos controlados pelo Exército. Tem por finalidade estabelecer as normas necessárias para a correta fiscalização das atividades exercidas por pessoas físicas e jurídicas, que envolvem produtos controlados pelo Ministério do Exército.

#### Decreto Federal - 2.657/1998

Promulga a Convenção Internacional nº 170 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), relativa à segurança na utilização de produtos químicos no trabalho.

#### Decreto Federal - 2.120/1997

Revogado pelo Decreto 3942, de 28/09/2001 que altera o decreto supra.

#### Decreto Federal - 2.018/1996

Regulamenta a Lei nº 9.294/96, dispondo sobre o uso e a propaganda de produtos fumígenos não proibidos em lei, derivados ou não do tabaco, de bebidas alcoólicas, de medicamentos e terapias e de defensivos agrícolas. Revoga os artigos 42 a 44 do Decreto nº 98.816/90, que dispunha sobre a propaganda comercial de agrotóxicos.

#### Decreto Federal - 99.274/1990

Regulamenta as Leis Federais nºs 6.902/81 e 6.938/81, instituindo a estrutura do SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente, cria o CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente, estabelece a obrigatoriedade do licenciamento ambiental e apresentação de EIA/RIMA, quando necessário. Em sua 2ª parte, institui os procedimentos para implantação das Estações Ecológicas e das Áreas de Proteção Ambiental (APA's). Revogado parcialmente pelo Decreto n.º 1.205/94 que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e Funções de Confiança do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal.

#### Decreto Federal - 93.413/1986

Promulga a Convenção 148 da OIT, referente à proteção dos trabalhadores contra os riscos profissionais devidos à contaminação do ar, ao ruído e à vibração no local de trabalho.

#### Resolução CONAMA - 273/2000

Estabelece que a localização, construção, instalação, modificação, ampliação e operação de postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis dependerão de prévio licenciamento do órgão ambiental competente.

#### DECRETO Nº 6.620, DE 29 DE OUTUBRO DE 2008.

Dispõe sobre políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento do setor de portos e terminais portuários de competência da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República, disciplina a concessão de portos, o arrendamento e a autorização de instalações portuárias marítimas, e dá outras providências

## AGROTÓXICO

### Lei Federal - 7.802/1989

Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte e armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, exportação, o destino final dos resíduos das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

### Lei Federal - 9.974/2000 (alterada)

Altera, na Lei Federal nº 7.802/89, o artigo 6º; o caput e a alínea “d”, do inciso II, do artigo 7º; o caput e as alíneas “b”, “c” e “e” do artigo 14; artigo 15 e acresce o artigo 12A e o parágrafo único ao artigo 19.

### Decreto Federal - 98.816/1990

Revogada pelo Decreto Federal nº 4.074/02 que regulamenta a Lei nº 7.802, de 11/07/1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

### Decreto Federal - 4.074/2002

Regulamenta a Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

### Decreto Federal - 4.339/2002

Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade.

Decreto Federal - 4.074/2002 Regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989. Decreto Federal - 3.550/2000 Altera os artigos 33, 38, 41, 45, 48, 58 e 72 e acresce os artigos 33-A, 33-B, 33-C, 33-D, 33-E, 33-F, 33-G, 33-H, 119-A, 119-B e 119-C ao Decreto Federal 98.816/90.

### Decreto Federal – 5.360/2005

Promulga a Convenção sobre Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos, adotada em 10 de setembro de 1998, na cidade de Roterdã.

### Decreto Federal – 5.549/2005

Dá nova redação e revoga dispositivos do Decreto no 4.074, de 4 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins.

### Decreto Federal – 5.981/2006

Dá nova redação e inclui dispositivos ao Decreto no 4.074, de 4 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins.

### Resolução CONAMA - 334/2003

Dispõe sobre os procedimentos de licenciamento ambiental de estabelecimentos destinados ao recebimento de embalagens vazias de agrotóxico.

## ÁGUA / GERENCIAMENTO COSTEIRO

### Lei Federal - 7.661/1988

Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências.

### Lei Federal - 9.433/1997

Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, que tem por escopo a utilização racional e integrada dos Recursos Hídricos, com vistas ao desenvolvimento sustentável. Cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos integrado pelos Comitês de Bacias Hidrográficas, dentre outros, responsáveis pelo estabelecimento dos mecanismos de cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

### Lei Federal - 9.984/2000

Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas - ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências.

### Lei Federal - 9.966/2000

Dispõe sobre a prevenção, controle e fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.

### Lei Federal - 10.881/2004

Dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de águas e entidades delegatárias das funções de Agências de Águas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União e dá outras providências.

### Lei Federal - 10.881/2004

Dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e entidades delegatárias das funções de Agências de Águas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União e dá outras providências.

#### Decreto Federal - 24.643/1934

Institui o Código de Águas, estabelecendo definições e regras gerais sobre o uso da água no território nacional.

#### Decreto Federal - 79.367/1977

Dispõe sobre o padrão de potabilidade da água.

#### Decreto Federal - 2.612/1998

Regulamenta o Conselho Nacional de Recursos Hídricos. (Alterado pelos Decretos 3.978/01 e 4.174/02).

#### Decreto Federal - 2.716/1998

Promulga o Acordo de Transporte Fluvial pela Hidrovia Paraguai-Paraná (Porto de Cáceres/ Porto de Nova Palmira).

#### Decreto Federal - 4.024/2001

Estabelece critérios e procedimentos para implantação ou financiamento de obras de infraestrutura hídrica com recursos financeiros da União e dá outras providências.

#### Decreto Federal - 4.136/2002

Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às infrações às regras de prevenção, controle e fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional, prevista na Lei Federal nº 9.966, de 28 de abril de 2000, e dá outras providências.

#### Decreto Federal - 4.895/2003

Dispõe sobre a autorização de uso de espaços físicos de corpos d'água de domínio da União para fins de aquicultura, e dá outras providências.

#### Decreto Federal - 4.871/2003

Dispõe sobre a instituição dos Planos de Áreas para o combate à poluição em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.

#### Decreto Federal - 4.613/2003

Regulamenta o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e dá outras providências.

#### Decreto Federal - 5.440/2005

Estabelece definições e procedimentos sobre o controle de qualidade da água de sistemas de abastecimento e institui mecanismos e instrumentos para divulgação de informação ao consumidor sobre a qualidade da água para o consumo humano.

#### Resolução CNRH - 12/2000

Estabelece procedimentos para o enquadramento de corpos de água em classes segundo os usos preponderantes.

### Resolução CNRH - 16/2001

Estabelece critérios gerais para a outorga de direito de uso de recursos hídricos.

### Resolução CNRH nº 32, de 15 de outubro de 2003

Institui a Divisão Hidrográfica Nacional em Regiões hidrográficas com a finalidade de orientar, fundamentar e implementar o Plano de Recursos Hídricos.

### Resolução CNRH - 48/2005

Estabelece critérios gerais para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

### Resolução CNRH - 49/2005

Estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, para o exercício de 2006, e dá outras providências.

### Resolução CNRH nº 58, de 30 de janeiro de 2006

Aprova o Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH).

### Resolução CNRH nº65, de 07 de dezembro de 2006

Estabelece diretrizes de articulação dos procedimentos para obtenção da outorga de direito de uso de recursos hídricos com os procedimentos de licenciamento ambiental.

### Resolução CONAMA - 274/2000

Revisa os critérios de Balneabilidade em Águas Brasileiras

### Resolução CONAMA - 344/2004

Estabelece as diretrizes gerais e os procedimentos mínimos para a avaliação do material a ser dragado em águas jurisdicionais brasileiras, e dá outras providências.

### Resolução CONAMA - 357/2005

Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.

### Resolução CONAMA - 393/2007

Dispõe sobre o descarte contínuo de água de processo ou de produção em plataformas marítimas de petróleo e gás natural, e dá outras providências

### Resolução CONAMA - 398/2008

Dispõe sobre o conteúdo mínimo do Plano de Emergência Individual para incidentes de poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional, originados em portos organizados, instalações portuárias, terminais, dutos, sondas terrestres, plataformas e suas instalações de apoio, refinarias, estaleiros, marinas, clubes náuticos e instalações similares, e orienta a sua elaboração.

### Resolução CONAMA - 397/2008

Altera o inciso II do § 4o e a Tabela X do § 5o, ambos do art. 34 da Resolução do Conselho

Nacional do Meio Ambiente-CONAMA no 357, de 2005, que dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes.

Resolução CONAMA - 396/2008

Dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas e dá outras providências.

Resolução ANA - 707/2004

Dispõe sobre procedimentos de natureza técnica e administrativa a serem observados no exame de pedidos de outorga, e dá outras providências.

## **AMIANTO**

Lei Federal - 9.055/1995

Disciplina a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte de asbesto/amianto e dos produtos que o contenham, bem como das fibras naturais e artificiais, de qualquer origem, utilizadas para o mesmo fim. É regulamentada pelo Decreto Federal 2.350/97.

Resolução CONAMA - 07/1987

Estabelece normas para regulamentação do uso do amianto (asbesto), obrigando os fabricantes a imprimir em cada peça dos mesmos, os seguintes dizeres, em características bem visíveis: “Cuidado! Este produto contém fibras de amianto. Evite a geração de poeira. Respirar poeira de amianto pode prejudicar gravemente a saúde. O perigo é maior para os fumantes”.

Resolução CONAMA - 19/1996

Define procedimentos operacionais para implicação da impressão sobre as peças que contém amianto (asbestos).

Resolução CONAMA - 348/2004

Altera a Resolução CONAMA no 307, de 5 de julho de 2002, incluindo o amianto na classe de resíduos perigosos.

## **BIODIVERSIDADE E ENGENHARIA GENÉTICA**

Lei Federal - 10.332/2001

Institui mecanismo de financiamento para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Agronegócio, para o Programa de Fomento à Pesquisa em Saúde, para o Programa Biotecnologia e Recursos Genéticos - Genoma, para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Setor Aeronáutico e para o Programa de Inovação para Competitividade, e dá outras providências.

Lei Federal - 8.974/1995

Regulamenta os incisos II e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas para o uso das técnicas de engenharia genética e liberação no meio ambiente de organismos



geneticamente modificados, autoriza o Poder Executivo a criar, no âmbito da Presidência da República, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, e dá outras providências.

Decreto Federal - 4.703/2003

Dispões sobre o Programa Nacional da Diversidade Biológica - PRONABIO e a Comissão Nacional da Biodiversidade, e dá outras providências.

Decreto Federal - 4.339/2002

Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade.

Decreto Federal - 4.284/2002

Institui o Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia - PROBEM, e dá outras providências.

Decreto Federal - 4.154/2002

Regulamenta a Lei no 10.332, de 19 de dezembro de 2001, na parte que institui mecanismo de financiamento para o Programa de Biotecnologia e Recursos Genéticos - Genoma, e dá outras providências.

Decreto Federal - 3.945/2001

Define a composição do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético e estabelece normas para o seu funcionamento.

Decreto Federal - 3.871/2001

Disciplina a rotulagem de alimentos embalados que contenham ou sejam produzidos com organismo geneticamente modificados (OGM).

Decreto Federal - 3.871/2001

Disciplina a rotulagem de alimentos embalados que contenham ou sejam produzidos com organismo geneticamente modificados (OGM).

Decreto Federal - 2.929/1999

Promulga o Estatuto e o Protocolo do Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia, adotados em Madri, em 13 de setembro de 1983, e em Viena, em 4 de abril de 1984, respectivamente, e assinados pelo Brasil em 5 de maio de 1986;

Decreto Federal - 2.519/1998

Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 5 de junho de 1992.

Decreto Federal - 1.752/1995

Regulamenta a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, dispõe sobre a vinculação, competência e composição da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, e dá outras providências.

### Medida Provisória 2.191-9/2001

Acresce e altera dispositivos da Lei no 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e dá outras providências.

### Medida Provisória 2.186-16/2001

Regulamenta o inciso II do § 1o e o § 4o do art. 225 da Constituição, os arts. 1o, 8o, alínea “j”, 10, alínea “c”, 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização, e dá outras providências.

### Resolução CONAMA - 323/2003

Institui a Câmara Técnica de Biodiversidade, Fauna e Recursos Pesqueiros.

## **CRIMES AMBIENTAIS**

### Lei Federal - 9.605/1998

Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Teve alterado seu art. 25, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, pela Medida Provisória nº 62 de 22/08/2002.

### Medida Provisória - 2.163-41

Acrescenta dispositivos à Lei 9.605/98. De acordo com essa medida, os órgãos ambientais integrantes do SISNAMA ficam autorizados a celebrar, com força de título executivo extrajudicial, termo de compromisso com pessoas físicas ou jurídicas responsáveis pela construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras.

### Decreto Federal - 4.136/2002

Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às infrações às regras de prevenção, controle e fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional, prevista na Lei no 9.966, de 28 de abril de 2000, e dá outras providências.

### Decreto Federal - 6.514/2008

Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.

## **EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Lei Federal - 9.795/1999

Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Lei Federal - 1.041/2002

Cria e disciplina a carreira de Especialista em Meio Ambiente (art. 4º).

Decreto Federal - 4.281/2002

Regulamenta a Lei 9.795/99

Resolução CONAMA - 327/2003

Institui a Câmara Técnica de Educação Ambiental.

## **ENERGIA ELÉTRICA**

Lei Federal - 8.987/1995

Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no art. 175 da constituição Federal, e dá outras providências. (alterada pela Lei Federal nº 9.074/1995).

Lei Federal - 9.074/1995

Estabelece normas para outorga das concessões de serviços públicos e institui a figura do Produtor Independente de Energia, fixando critérios para sua autorização e concessão de produção de energia.

Lei Federal - 9.427/1996

Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL - disciplinando o regime de Concessões de serviços públicos de energia elétrica, bem como seu regime econômico e financeiro.

Lei Federal - 9.648/1998

Altera dispositivos das Leis no 9.074, de 7 de julho de 1995, no 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e autoriza o Poder Executivo a promover a reestruturação da Centrais Elétricas Brasileiras - ELETROBRÁS e de suas subsidiárias e dá outras providências.

Lei Federal - 19.438/2002

Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (Proinfa), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e outros.

Lei Federal - 10.847/2004

Autoriza a criação da Empresa de Pesquisa Energética - EPE e dá outras providências.

#### Decreto Federal - 1.503/1995

Inclui empresas no Programa Nacional de Desestatização (PND), ELETROBRÁS, ELETRONORTE, ELETROSUL, FURNAS e CHESF.

#### Decreto Federal - 2.655/1998

Regulamenta o Mercado Atacadista de Energia Elétrica, define as regras de organização do Operador Nacional do Sistema Elétrico, de que trata a Lei no 9.648, de 27 de maio de 1998, e dá outras providências.

#### Decreto Federal - 3.250/2000

Dispõe sobre a estrutura e funcionamento do Conselho Nacional de Política Energética e dá outras providências. Decreto de 2 de dezembro de 1999 Institui o Programa Nacional de Eletrificação Rural “Luz no Campo”, sua implementação e articulação com os demais programas, como o Programa de Desenvolvimento Energético dos Estado e Municípios - PRODEEM e Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL.

#### Decreto Federal - 3.867/2001

Regulamenta a Lei nº 9.991, de 24 de julho 2000, que dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, e dá outras providências.

#### Resolução ANEEL - 112/1999

Estabelece os requisitos necessários à obtenção de Registro ou Autorização junto à ANEEL, para implantação, ampliação ou repontecialização de centrais geradoras termelétricas, eólicas e de outras fontes alternativas de energia.

#### Resolução ANEEL - 21/2000

Estabelece os requisitos necessários à obtenção de qualificação junto à ANEEL de centrais co-geradoras de energia elétrica, para fins de participação das políticas de incentivo de co-geração.

#### Resolução ANEEL - 456/2000

Estabelece, de forma atualizada e consolidada, as condições gerais de fornecimento de Energia Elétrica a serem observadas tanto pelas concessionárias e permissionárias quanto pelos consumidores. Alterada parcialmente, em seu artigo 53, pela Resolução 68 de fevereiro de 2002/ANEEL que Acrescenta dispositivo ao art. 53 da Resolução nº 456, de 29/11/2000, que trata das Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica.

#### Resolução ANEEL - 170/2001

Estabelece as condições especiais para comercialização temporária de energia elétrica oriunda de excedentes de centrais co-geradoras.

#### Resolução ANEEL - 73/2002

Estabelece normas, estrutura e funcionamento para a transição no Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, do período de auto-regulado para a regulamentação por parte da ANEEL.

### Resolução ANEEL – 279/2007

Estabelece os procedimentos gerais para requerimento de declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação e de instituição de servidão administrativa, de áreas de terras necessárias à implantação de instalações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, por concessionários, permissionários e autorizados.

### Resolução CGCE - 24/2001

Cria o Programa Emergencial de Energia Eólica (Proeólica).

### Resolução CGCE - 26/2001 (Câmara de Gestão de Crise Energética)

Cria o Comitê Técnico para Eficientização do Uso de Energia, com o objetivo de propor medidas para conservação e racionalização do uso da energia elétrica.

### Resolução CGCE - 23/2001

Estabelece condições para os empreendimentos de geração de energia termelétrica fazerem uso das prerrogativas do Programa Prioritário de Termelétricidade (PPT).

### Resolução CONAMA - 006/1987

Dispõe sobre o licenciamento ambiental de obras do setor de geração de energia elétrica

### Resolução CONAMA - 279/2001

Institui, tendo em vista a crise energética, o licenciamento ambiental simplificado para os empreendimentos energéticos com pequeno potencial de impacto ambiental.

### Resolução CNPE – 15/2002

Cria Grupo de Trabalho para propor procedimentos e mecanismos visando assegurar que todos os empreendimentos destinados à expansão da oferta de energia elétrica disponham da Licença Prévia Ambiental, como condição para serem autorizados ou licitados, a partir de janeiro de 2004.

### Portaria Interministerial – 791/2004 – Ministério de Minas e Energia (MME), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Ministério da Casa Civil

Institui o Comitê de Gestão Integrada de Empreendimentos de Geração do Setor Elétrico – CGISE para assessorar na definição de estratégias, envolvendo instituições públicas, não governamentais e privadas, que visem o equacionamento das questões ambientais e outros assuntos relacionados ao Setor.

### Portaria MME nº 328, de 29 de julho de 2005

Dispõe acerca da habilitação técnica pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE, com vistas à participação nos leilões de energia, de todos os projetos e novos empreendimentos de geração, inclusive ampliação de empreendimentos existentes e importação de energia elétrica, deverão estar registrados na Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

## **ENERGIA NUCLEAR**

Lei Federal - 4.118/1962

Dispõe sobre a Política Nacional de Energia Nuclear e sobre a criação da Comissão Nacional da Energia Nuclear (CNEN). Alterado pelas Leis 4156/62 e 6571/78.

Lei Federal - 4.156/1962

Altera a legislação sobre o Fundo Federal de Eletrificação e dá outras providências.

Lei Federal - 6.453/1977

Dispõe sobre a responsabilidade civil por danos nucleares e a responsabilidade criminal por atos relacionados com atividades nucleares.

Lei Federal - 6.571/1978

Dispõe sobre o regime jurídico do pessoal da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e dá outras providências.

Lei Federal - 9.765/1998

Institui a taxa de licenciamento, controle e fiscalização - TLC de materiais nucleares e radioativos e suas instalações. Constitui fato gerador da TLC o exercício do poder de polícia legalmente atribuído à CNEN sobre as atividades relacionadas à posse, ao uso ou à guarda de material radioativo ou nuclear.

Lei Federal - 10.308/2001

Dispõe sobre a seleção de locais, a construção, o licenciamento, a operação, a fiscalização, a responsabilidade civil e as garantias referentes aos depósitos de rejeitos radioativos, e dá outras providências.

Decreto-Lei - 1.810/1980

Dispõe sobre a construção de usinas nucleoeletricas. Revogada pelo decreto nº 2464/88 que altera a denominação da Empresas Nucleares Brasileiras S.A. - Nuclebras, transfere bens de sua propriedade, e dá outras providências.

Resolução CONAMA N° 024/1994

Exige anuência prévia da CNEN - Comissão Nacional de Energia Nuclear, para toda a importação ou exportação de material radioativo, sob qualquer forma e composição química, em qualquer quantidade.

## **FAUNA**

Lei Federal - 5.197/1967

Dispõe sobre a proteção da fauna e dá outras providências.

### LEI Nº 7.173/83, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1983

Dispõe sobre o estabelecimento e funcionamento de jardins zoológicos e dá outras providências.

### Lei Federal - 7.643/1987

Proíbe a pesca de cetáceo nas águas jurisdicionais brasileiras e dá outras providências.

### Lei Federal - 6.638/1979

Estabelece normas para a prática didático-científica da vivisseção de animais e dá outras providências.

### Lei Federal - 10.519/2002

Dispõe sobre a promoção e a fiscalização da defesa sanitária animal quando da realização de rodeio e dá outras providências.

### DECRETO Nº 76.623/75, DE 17 DE NOVEMBRO DE 1975

Promulga a Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagem em Perigo de Extinção.

### DECRETO Nº 98.830/90, DE 15 DE JANEIRO DE 1990

Dispõe sobre a coleta, por estrangeiros, de dados e materiais científicos no Brasil, e dá outras providências.

### DECRETO Nº 3.607/00, DE 21 DE SETEMBRO DE 2000

Dispõe sobre a implementação da Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES, e dá outras providências.

### Decreto Federal - 5.069/2004

Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (CONAP), e dá outras providências.

### Decreto-Lei - 221/1967

Dispõe sobre a proteção e estímulo à pesca e dá outras providências.

### Resolução CONAMA - 346/2004

Disciplina a utilização das abelhas silvestres nativas, bem como a implantação de meliponários.

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 03/48, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1948

Aprova a Convenção para a proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América, assinada pelo Brasil, a 27 de dezembro de 1940.

### Resolução CONAMA - 394/2007

Estabelece os critérios para a determinação de espécies silvestres a serem criadas e comercializadas como animais de estimação

### Instrução Normativa MMA - 3/2003

Reconhece como espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção, aquelas constantes da lista anexa à Instrução Normativa.

### Portaria IBAMA - 1.522/1989

Dispõe sobre a lista oficial de espécies de fauna brasileira ameaçada de extinção.

### PORTARIA Nº 332/90, DE 13 DE MARÇO DE 1990

(15.4 KiB, 87 hits)

Dispõe sobre a coleta de material zoológico, destinado a fins científicos ou didáticos, por cientistas e profissionais devidamente qualificados, pertencentes a instituições científicas brasileiras públicas e privadas credenciadas pelo IBAMA ou por elas indicadas.

### PORTARIA MCT Nº 55/90, DE 14 DE MARÇO DE 1990

(4.5 KiB, 53 hits)

Aprova o Regulamento sobre coleta por estrangeiros de dados e materiais científicos.

### Portaria IBAMA - 37-N/1992

Dispõe sobre a lista oficial de espécies da flora brasileira ameaçada de extinção.

### PORTARIA Nº 139/93-N, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1993

(14.8 KiB, 221 hits)

Dispõe sobre a implantação e funcionamento de criadouros de animais silvestres para fins conservacionistas.

### PORTARIA Nº 016/94, DE 04 DE MARÇO DE 1994

Dispõe sobre a manutenção e a criação em cativeiro da fauna silvestre brasileira com finalidade de subsidiar pesquisas científicas em Universidades, Centros de Pesquisa e Instituições Oficiais ou Oficializadas pelo Poder Público.

### PORTARIA Nº 113/97-N, DE 25 DE SETEMBRO DE 1997

(22.2 KiB, 87 hits)

São obrigadas ao registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, as pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras e/ou a extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, assim como de minerais, produtos e subprodutos da fauna, flora e pesca.

### PORTARIA Nº 117/97 DE 15 DE OUTUBRO DE 1997

(27.4 KiB, 251 hits)

Dispõe sobre a comercialização de animais vivos, abatidos, partes e produtos da fauna silvestre brasileira provenientes de criadouros com finalidade econômica e industrial e jardins zoológicos registrados junto ao IBAMA.

### PORTARIA Nº 118/97 DE 15 DE OUTUBRO DE 1997

(29.3 KiB, 295 hits)



Dispõe sobre o funcionamento de criadouros de animais da fauna silvestre brasileira com fins econômicos e industriais.

PORTARIA Nº 93/98, DE 07 DE JULHO 1998 (37.8 KiB, 183 hits)

Dispõe sobre a importação e exportação de espécimes vivos, produtos e subprodutos da fauna silvestre brasileira e da fauna silvestre exótica.

PORTARIA Nº 102/98, DE 15 DE JULHO DE 1998

Dispõe sobre a implantação de criadouros de animais da fauna silvestre exótica com fins econômicos e industriais.

Portaria IBAMA - 145/1998

Estabelece normas para a introdução, reintrodução e transferência de peixes, crustáceos, moluscos, e macrófitas aquáticas para fins de aqüicultura.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01 DE 15 DE ABRIL DE 1999 (Renomeada para IN 003/99)

Estabelece os critérios para o Licenciamento Ambiental de empreendimentos e atividades que envolvam manejo de fauna silvestre exótica e de fauna silvestre brasileira em cativeiro.

Instrução Normativa IBAMA - 146/2007

Estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influencia de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna sujeitas ao licenciamento ambiental, como definido pela Lei Federal nº 6938/81 e pelas Resoluções CONAMA nº 001/86 e nº 237/97.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 04, DE 04 DE MARÇO DE 2002.

Dispõe sobre a obtenção do registro de jardins zoológicos públicos ou privados, consoante com o disposto no Art. 2º da lei nº 7.173, de 14 de dezembro de 1.983.

Instrução Normativa nº 169, de 20 de fevereiro de 2008

Institui e normatiza as categorias de uso e manejo da fauna silvestre em cativeiro em território brasileiro.

## **FLORESTAS / MATA ATLÂNTICA / QUEIMADAS / UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

Lei Federal - 4.771/1965

Institui o novo Código Florestal.

Lei Federal - 6.513/1977

Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais especialmente protegidas e de locais de Interesse Turístico, e dá outras providências.

#### Lei Federal - 6.902/1981

Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental, e dá outras providências.

#### Lei Federal - 7.754/1989

Estabelece medidas para proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios e dá outras providências.

#### Lei Federal - 9.985/2000

Regulamenta o artigo 225 da CFB e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC.

#### Lei Federal - 11.284/2006

Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nº 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de dezembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981 e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.

#### Lei Federal – 11.428/2006

Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.

#### Medida Provisória 2.166-67/2001

Altera os arts. 1o, 4o, 14, 16 e 44, e acresce dispositivos à Lei no 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal, bem como altera o art. 10 da Lei no 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, e dá outras providências.

#### Medida Provisória – 366/2007

Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes, e dá outras providências.

#### Decreto Federal – 84.017/1979

Aprova o regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros

#### Decreto Federal – 89.336/1984

Dispõe sobre as Reservas Ecológicas e Áreas de Relevante Interesse Ecológico, e dá outras providências.

#### Decreto Federal – 99.274/1990

Regulamenta a Lei Federal nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe, respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências.

#### Decreto Federal – 563/1992

Institui o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil e cria a Comissão de Coordenação.

#### Decreto Federal - 750/1993

Dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica, e dá outras providências.

#### Decreto Federal - 1.298/1994

Aprova o Regulamento das Florestas Nacionais, e dá outras providências.

#### Decreto Federal - 1.922/1996

Dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, e dá outras providências.

#### Decreto Federal - 2.119/1997

Dispõe sobre o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil e sobre a sua Comissão de Coordenação, e dá outras providências.

#### Decreto Federal - 2.661/1998

Regulamenta o parágrafo único do art. 27 da Lei 4.771, de 15 de dezembro de 1965 (Código Florestal), mediante o estabelecimento de normas de precaução relativas ao emprego do fogo em práticas agropastoris e florestais, e dá outras providências.

#### Decreto Federal de 21 de setembro de 1999 (DMA)

Institui o “Dia da Mata Atlântica” a ser comemorado em todo o País, no dia 27 de maio de cada ano.

#### Decreto Federal - 3.834/2001

Regulamenta o artigo 55 da Lei 9.985/00.

#### Decreto Federal nº 4.326, de 08 de agosto de 2002

Institui no âmbito do Ministério do Meio ambiente, o Programa Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA, e dá outras providências.

#### Decreto Federal - 4.340/2002

Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências.

#### Decreto Federal - 5.092/2004

Define regras para identificação de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade, no âmbito das atribuições do Ministério do Meio Ambiente.

#### Decreto Federal - 5.758/2006

Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes,

objetivos e estratégias, e dá outras providências.

Decreto Federal - 6.063/2007

Regulamenta, no âmbito federal, dispositivos da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, e dá outras providências.

Decreto Federal - 6.321/2007

Dispõe sobre ações relativas à prevenção, monitoramento e controle do desmatamento no Bioma Amazônia, bem como altera e acresce dispositivos ao Decreto nº3.179, de 21 de setembro de 1999, que dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

Lei Federal - 11.516/2007

Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes.

Resolução CONAMA – 11/1986

Dispõe sobre alterações na Resolução nº 1/86

Resolução CONAMA - 10/1993

Estabelece parâmetros básicos para análise dos estágios de sucessão da Mata Atlântica.

Resolução CONAMA - 01/1994

Define vegetação primária e os estágios sucessionais de Mata Atlântica no Estado de São Paulo.

Resolução CONAMA - 02/1994

Define vegetação primária e os estágios sucessionais de Mata Atlântica no Estado do Paraná.

Resolução CONAMA - 04/1994

Define vegetação primária e os estágios sucessionais de Mata Atlântica no Estado de Santa Catarina.

Resolução CONAMA - 05/1994

Define vegetação primária e os estágios sucessionais de Mata Atlântica no Estado da Bahia.

Resolução CONAMA - 06/1994

Define vegetação primária e os estágios sucessionais de Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro.

Resolução CONAMA - 25/1994

Define vegetação primária e os estágios sucessionais de Mata Atlântica no Estado do Ceará.

Resolução CONAMA - 26/1994

Define vegetação primária e os estágios sucessionais de Mata Atlântica no Estado do Piauí.

#### Resolução CONAMA - 28/1994

Define vegetação primária e os estágios sucessionais de Mata Atlântica no Estado de Alagoas.

#### Resolução CONAMA - 29/1994

Define vegetação primária e os estágios sucessionais de Mata Atlântica no Estado do Espírito Santo.

#### Resolução CONAMA - 30/1994

Define vegetação primária e os estágios sucessionais de Mata Atlântica no Estado do Mato Grosso do Sul.

#### Resolução CONAMA - 31/1994

Define vegetação primária e os estágios sucessionais de Mata Atlântica no Estado de Pernambuco.

#### Resolução CONAMA - 32/1994

Define vegetação primária e os estágios sucessionais de Mata Atlântica no Estado do Rio Grande do Norte.

#### Resolução CONAMA - 33/1994

Define vegetação primária e os estágios sucessionais de Mata Atlântica no Estado do Rio Grande do Sul.

#### Resolução CONAMA - 34/1994

Define vegetação primária e os estágios sucessionais de Mata Atlântica no Estado de Sergipe.

#### Resolução CONAMA - 03/1996

Define vegetação remanescente de Mata Atlântica, expressa no artigo 4º, parágrafo único do Decreto 750/93.

#### Resolução CONAMA - 07/1996

Aprova o parâmetro básico para análise dos estágios de sucessão de vegetação de restinga para o Estado de São Paulo.

#### Resolução CONAMA - 09/1996

Define corredores entre remanescentes (para fins do artigo 7º do Decreto 750/93) e estabelece parâmetros e procedimentos para a sua identificação e proteção.

#### Resolução CONAMA - 261/1999

Aprova o parâmetro básico para análise dos estágios sucessionais de vegetação de restinga para o Estado de Santa Catarina.

#### Resolução CONAMA 278/2001

Dispõe contra corte e exploração de espécies ameaçadas de extinção da flora da Mata Atlântica.

### Resolução CONAMA 302/2002

Estabelece parâmetros, definições e limites para as Áreas de Preservação Permanente de reservatório artificial.

### Resolução CONAMA 303/2002

Estabelece parâmetros, definições e limites referentes às Áreas de Preservação Permanente.

### Resolução CONAMA - 309/2002

Tornada sem efeito pela Portaria Nº 464, de 25 de outubro de 2002 - “Regulamentação da Resolução nº 278, de 24 de maio de 2001”.

### Resolução CONAMA - 310/2002

O manejo florestal sustentável da bracatinga (*Mimosa scabrella*) no Estado de Santa Catarina.

### Resolução CONAMA - 317/2002

Regulamentação da Resolução Nº 278, de 24 de maio de 2001, que dispõe sobre o corte e exploração de espécies ameaçadas de extinção da flora da Mata Atlântica.

### Resolução CONAMA - 324/2003

Institui a Câmara Técnica de Florestas e Atividades Agrossilvopastoris.

### Resolução CONAMA - 331/2003

Institui a Câmara Técnica de Unidades de Conservação e demais Áreas Protegidas.

### Portaria MMA – 408/2002

Institui o Comitê de Programa de Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA para agilizar o processo de implementação e execução do referido Programa.

### Portaria MMA – 63/2006

Dispõe sobre a Comissão Coordenadora do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas, e dá outras providências.

### Portaria MMA – 312/2006

Designa membros para compor a Comissão Coordenadora do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas.

### Portaria MMA – 09/2007

Dispõe sobre o reconhecimento como áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira as áreas referenciadas no § 2º desta Portaria, denominadas Áreas Prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da Biodiversidade Brasileira ou áreas Prioritárias para a Biodiversidade, para efeito da formulação e implementação de políticas públicas, programas, projetos e atividades sob a responsabilidade do Governo Federal.

## **INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS AMBIENTAIS**

Decreto Federal - 6.514/2008

Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.

## **LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

Decreto Federal – 855/2004

Altera os Decretos nº 5.741 e 5.742, datados de 19 de dezembro de 2002, que regulamentam, respectivamente, o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras dos Recursos Ambientais e o Cadastro Técnico de Atividades de Defesa Ambiental.

Resolução CONAMA - 001/1986

Dispõe sobre o licenciamento ambiental e sobre o estudo prévio de impacto ambiental.

Resolução CONAMA - 006/1986

Dispõe sobre a aprovação de modelos de para publicação de pedidos de licenciamento.

Resolução CONAMA - 009/1987

Dispõe sobre a audiência pública para análise e discussão de EIA/RIMA.

Resolução CONAMA - 237/1997

Dispõe sobre o licenciamento ambiental.

Resolução CONAMA - 273/2000

Dispõe sobre o licenciamento ambiental de postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis.

Resolução CONAMA - 279/2001

Institui o licenciamento ambiental simplificado de empreendimentos elétricos com pequeno potencial de impacto ambiental.

Resolução CONAMA - 281/2001

Dispõe sobre modelos de publicação de pedidos de licenciamento.

Resolução CONAMA - 284/2001

Dispõe sobre o licenciamento de empreendimentos de irrigação.

Resolução CONAMA - 286/2001

Dispõe sobre o licenciamento ambiental de empreendimentos nas regiões endêmicas de malária.

### Resolução CONAMA - 289/2001

Estabelece as diretrizes para o Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária.

### Resolução CONAMA - 306/2002

Estabelece requisitos mínimos e o termo de referencia para a realização de auditorias ambientais.

### Resolução CONAMA - 312/2002

Dispõe sobre o licenciamento ambiental dos empreendimentos de carcinicultura na zona costeira.

### Resolução CONAMA - 318/2002

Prorroga o prazo estabelecido no Art. 15 da Resolução CONAMA Nº 289, de 25 de outubro de 2001, que estabelece diretrizes para o Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária.

### Resolução CONAMA - 335/2003

Dispõe sobre o licenciamento ambiental de cemitérios.

### Resolução CONAMA - 349/2004

Dispõe sobre o licenciamento ambiental de empreendimentos ferroviários de pequeno potencial de impacto ambiental e a regularização dos empreendimentos em operação.

### Resolução CONAMA - 350/2004

Dispõe sobre o licenciamento ambiental específico das atividades de aquisição de dados sísmicos marítimos e em zonas de transição.

### Resolução CONAMA - 356/2004

Prorroga o prazo estabelecido no art. 15 da Resolução CONAMA nº 289, de 25 de outubro de 2001, que estabelece diretrizes para o Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária.

### Portaria IBAMA – 113/1997

Dispõe sobre a obrigatoriedade de registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, as pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras e/ou a extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, assim como de minerais, produtos e subprodutos da fauna, flora e pesca.

### Portaria IBAMA – 21/2008

Cria os Núcleos de Licenciamento Ambiental – NLAs.

### Instrução Normativa IBAMA – 183/2008

Cria o Sistema do Licenciamento Ambiental – SisLic.



## Instrução Normativa IBAMA – 184/2008

Estabelece os procedimentos para o licenciamento ambiental federal.

## MINERAÇÃO

### Lei Federal - 7.805/1989

Altera o Código de Minas, criando o regime de permissão de lavra garimpeira, isto é, o aproveitamento imediato de jazimento mineral, independentemente de prévios trabalhos de pesquisa.

### Decreto Federal - 2.350/1997

Regulamenta a Lei Federal 9.055/95, limitando a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte de asbesto/amianto à variedade crisotila, sendo que sua importação somente será efetuada após autorização do DNPM.

### Decreto Federal - 98.812/1990

Regulamenta a Lei 7.805/89.

### Decreto Federal - 97.632/1989

Regulamenta o artigo 2º, inciso VIII, da Lei Federal nº 6.938/81, obrigando o empreendedor minerário a apresentar, ao órgão ambiental competente, plano de recuperação de área degradada.

### Decreto Federal - 62.934/1968

Regulamenta o Código de Minas.

### Decreto-Lei - 227/1967

Institui o Código de Minas.

### Resolução CONAMA - 325/2003

Institui a Câmara Técnica de Atividades Minerárias, Energéticas e de Infra-Estrutura.

### Resolução CONAMA - 10/1990

Estabelece normas para o licenciamento ambiental de extração mineral - classe II.

### Resolução CONAMA - 09/1990

Estabelece normas para o licenciamento ambiental de extração mineral - classes I, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX.

## MUDANÇAS CLIMÁTICAS

### Decreto Federal 2.652/1998

Promulga a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - CQMC que visa mitigar as emissões de gases causadores do efeito estufa. Reconhece a mudança do clima

da Terra e que os seus efeitos negativos são uma preocupação comum da humanidade.

Decreto Federal - 7/08/1999

Presidencial Cria a Comissão Interministerial de Mudanças Climáticas.

Decreto Federal - 3.515/2000

Cria o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Alterado pelo decreto n.º 0 de 29/08/2000 que fora alterado posteriormente, pelo decreto n.º 0, de 16/11/2000 que Altera o art. 2º do Decreto de 28 de agosto de 2000, que dispõe sobre o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas.

Decreto Federal 5.445/2005

Promulga o Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, aberto a assinaturas na cidade de Quioto, Japão, em 11 de dezembro de 1997, por ocasião da Terceira Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

Decreto Federal 6.263/2007

Institui o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima - CIM, orienta a elaboração do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, e dá outras providências.

Resolução CIMGC n.º 1/2003

Estabelece os procedimentos para aprovação das atividades de projeto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto.

Resolução CIMGC n.º 2/2005

Altera a Resolução n.º 1 de 11.09.2003, que estabelece os procedimentos para aprovação das atividades de projeto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto, aprova os procedimentos para as atividades de projetos de florestamento e reflorestamento no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto e dá outras providências.

Resolução CIMGC n.º 3/2006

Estabelece os procedimentos para aprovação das atividades de projeto de pequena escala no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto, e dá outras providências.

Resolução CIMGC n.º 4/2006

Altera as resoluções n.º 1 e n.º 3 desta mesma Comissão, e dá outras providências.

Resolução CIMGC n.º 5/2007

Revisa as definições das atividades de projetos de pequena escala no âmbito do mecanismo de desenvolvimento limpo e dá outras providências.

Resolução CIMGC n.º 6/2007

Altera a Resolução n.º 2, de 10.08.2005, em relação à versão do documento de concepção de projeto do Conselho Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.

### Resolução CIMGC nº 7/2008

Altera as resoluções nº 1, nº 2, nº 3 e nº 4 desta mesma Comissão em relação aos convites de comentários enviados pelos proponentes do projeto aos agentes envolvidos, interessados e/ou afetados pelas atividades de projeto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e dá outras providências.

### Resolução CIMGC nº 8/2008

Adota, para fins de atividade de projeto de MDL, um único sistema como definição de sistema elétrico do projeto no Sistema Interligado Nacional.

## ÓLEOS LUBRIFICANTES

### Lei Federal - 9.966/2000

Dispõe sobre a prevenção, controle e fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional, e dá outras providências.

### Decreto Federal - 79.437/1977

Promulga a Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em danos causados por poluição resultante de fugas ou descargas de óleo proveniente de navios.

### Decreto Federal – 4.136/2002

Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às infrações às regras de prevenção, controle e fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional, prevista na Lei no 9.966, de 28 de abril de 2000, e dá outras providências.

### Decreto Federal – 4.871/2003

Dispõe sobre a instituição dos Planos de Áreas para o combate à poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.

### Decreto Federal – 6.478/2008

Promulga a Convenção Internacional relativa à Intervenção em Alto-Mar em Casos de Acidentes com Poluição por Óleo, feita em Bruxelas, em 29 de novembro de 1969, e o Protocolo relativo à Intervenção em Alto-Mar em Casos de Poluição por Substâncias Outras que não Óleo, feito em Londres, em 2 de novembro de 1973.

### Resolução CONAMA - 09/1993

Estabelece que todo óleo lubrificante, usado ou contaminado, será obrigatoriamente recolhido e terá uma destinação adequada, de forma a não afetar negativamente o meio ambiente.

### Resolução CONAMA - 293/2001

Dispõe sobre o conteúdo mínimo do Plano de Emergência Individual para incidentes de poluição por óleo originados em portos organizados, instalações portuárias ou terminais, dutos, plataformas, bem como suas respectivas instalações de apoio, e orienta a sua elaboração.

### Resolução CONAMA - 321/2003

Dispõe sobre alteração da Resolução CONAMA 226, de 20 de agosto de 1997, que trata sobre especificações do óleo diesel comercial, bem como das regiões de distribuição.

### Resolução CONAMA – 362/2005

Dispõe sobre o Rerrefino de Óleo Lubrificante.

### Resolução CONAMA – 398/2008

Dispõe sobre o conteúdo mínimo do Plano de Emergência Individual para incidentes de poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional, originados em portos organizados, instalações portuárias, terminais, dutos, sondas terrestres, plataformas e suas instalações de apoio, refinarias, estaleiros, marinas, clubes náuticos e instalações similares, e orienta a sua elaboração.

## **ORGANISMO GENETICAMENTE MODIFICADO**

### Lei Federal - 11.105/2005

Regulamenta os incs. II, IV e V do § 1.º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados - OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança - CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança - PNB. Revoga a Lei n. 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória n. 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10 e 16 da Lei n. 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências.

### Lei Federal - 10.814/2003

Estabelece normas para o plantio e comercialização da produção de soja geneticamente modificada da safra de 2004, e dá outras providências.

### Lei Federal - 8.974/1995

Regulamenta os incisos II e V, do parágrafo 1º, do artigo 225, da Constituição Federal. Estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização no uso das técnicas de engenharia genética na construção, cultivo, manipulação, transporte, comercialização, consumo, liberação e descarte de organismo geneticamente modificado (OGM), visando a proteção da vida, da saúde do homem, dos animais e das plantas, bem como o meio ambiente. A presente Lei Federal foi alterada pela Medida Provisória n.º 2191-9 de 24/08/2001 que acresce e altera dispositivos da primeira, a qual, por sua vez, estabelece normas para o uso das técnicas de engenharia genética e liberação do meio ambiente de organismos geneticamente modificados. OBS: Já se encontra em discussão sua re-publicação.

### Decreto Federal - 4.846/2003

Regulamenta o art. 3º da Medida Provisória 131, de 25 de setembro de 2003, que estabelece normas para o plantio e comercialização da produção de soja da safra de 2004 e dá outras providências.

#### Decreto Federal - 4.680/2003

Regulamenta o direito à informação, assegurado pela Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, quanto aos alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, sem o prejuízo do cumprimento das demais normas aplicáveis.

#### Decreto Federal - 4.339/2002

Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade.

#### Resolução CONAMA - 305/2002

Dispõe sobre Licenciamento Ambiental, Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto no Meio Ambiente de atividades e empreendimentos com Organismos Geneticamente Modificados e seus derivados.

### **ORGANIZAÇÕES SOCIAIS / TERCEIRO SETOR**

#### Lei Federal - 9.637/1998

Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais e dá outras providências.

#### Lei Federal - 9.790/1999

Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.

#### Decreto Federal - 3.100/1999

Regulamenta a Lei 9.790 de 23 de março de 1999, que dispõe sobre a Qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.

#### Medida Provisória - 2.143-31/2001

Altera o artigo 18 da Lei 9.790/99 e dá outras providências.

#### Portaria 361/1999 do Ministério da Justiça

Regulamenta os procedimentos para a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

#### Resolução MMA nº 03, de 12 de junho de 2001

Institui os procedimentos operacionais para condução do processo eleitoral de escolha dos representantes das organizações não governamentais ambientalistas, nesta Resolução denominadas ONGs, no Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA.

## **PATRIMÔNIO NATURAL, HISTÓRICO E ARTÍSTICO**

Constituição Federal de 1988

Artigo 216 - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

LEI No 3.924, DE 26 DE JULHO DE 1961.

Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

LEI No 6.513, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1977.

Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural; acrescenta inciso ao art. 2º da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962; altera a redação e acrescenta dispositivo à Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965; e dá outras providências.

Decreto-Lei - 25/1937

Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

DECRETO-LEI Nº 3.866, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1941.

Dispõe sobre o tombamento de bens no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Decreto-Lei - 4.146/1942

Dispõe sobre a proteção dos depósitos fossilíferos.

Decreto Federal - 99.556/1990

Dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional.

Decreto Federal - 3551/2000

Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

Portaria IPHAN nº 11/1986

Dispõe sobre a instauração do Processo de Tombamento e dá outras providências.

Portaria IPHAN nº 07/88

Estabelece os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisas e escavações arqueológicas em sítios previstos na Lei Federal nº 3.924/1941.

Portaria IPHAN nº 230/02

Dispõe sobre a fase de obtenção de Licença Prévia no EIA/RIMA.

## **POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA**

### **Lei Federal - 8.723/1993**

Dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências.

### **Decreto-Lei - 1.413/1975**

Dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências.

### **Resolução CONAMA - 05/1989**

Institui o Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar (PRONAR), como um dos instrumentos básicos da gestão ambiental para proteção da saúde e bem estar das populações e melhoria da qualidade de vida, com objetivo de permitir o desenvolvimento econômico do país de forma ambientalmente segura, pela limitação dos níveis de emissão de poluentes por fontes de poluição atmosférica. Define classificação de uso de áreas em:

Classe I - Áreas de preservação (qualidade do ar o mais próximo possível do verificado sem a intervenção humana);

Classe II - Limitada pelo padrão secundário de qualidade do ar;

Classe III - qualidade do ar limitada pelo padrão primário.

### **Resolução CONAMA - 10/1989**

Trata da emissão de gases de escapamento por veículos automotores com motor do ciclo diesel.

### **Resolução CONAMA - 03/1990**

Estabelece padrões de qualidade do ar para controle de poluentes atmosféricos. Define as classes de qualidade do ar, bem como as quantidades máximas permitidas em cada uma.

### **Resolução CONAMA - 08/1990**

Estabelece limites máximos de emissão de poluentes do ar, a nível nacional, para processo de combustão externa em fontes novas fixas de poluição.

### **Resolução CONAMA - 08/1993**

Estabelece os limites máximos de emissão de poluentes para os motores destinados a veículos pesados novos, nacionais e importados.

### **Resolução CONAMA - 09/1994**

Trata dos limites de emissão de gases de escapamento de veículos a álcool.

### **Resolução CONAMA - 18/1996**

Dispõe sobre a instituição do PROCONVE - Programa de Controle da Poluição do ar por veículos automotores

### **Resolução CONAMA - 251/1999**

Dispõe sobre limites máximos de emissão de veículos automotores do ciclo Diesel.

### Resolução CONAMA - 256/1999

Estabelece regras e mecanismos para inspeção de veículos quanto às emissões de poluentes e ruídos, regulamentando o Art. 104 do Código Nacional de Trânsito.

### Resolução CONAMA - 297/2002

Estabelece os limites para emissões de gases poluentes por ciclomotores, motocicletas e veículos similares novos.

### Resolução CONAMA - 299/2002

Estabelece procedimentos para elaboração de relatório de valores para o controle das emissões dos veículos novos produzidos e/ou importados.

### Resolução CONAMA - 342/2003

Estabelece novos limites para emissões de gases poluentes por ciclomotores, motocicletas e veículos similares novos, em observância à Resolução n.º 297, de 26 de fevereiro de 2002, e dá outras providências.

### Resolução CONAMA - 382/2006

Estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas.

## **POLUIÇÃO SONORA**

### Resolução CONAMA - 01/1990

Dispõe sobre a emissão de ruídos, em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais e residenciais.

### Resolução CONAMA - 02/1990

Institui, em caráter nacional, o Programa Silêncio, visando controlar o ruído excessivo que possa interferir na saúde e bem-estar da população.

### Resolução CONAMA - 01/1993

Estabelece limites máximos de ruído com veículos em aceleração e na condição parado, para os veículos automotores nacionais e importados, exceto motocicletas, motonetas, ciclomotores, bicicletas com motor auxiliar e veículos assemelhados.

### Resolução CONAMA - 02/1993

Estabelece limites máximos de ruído com veículos em aceleração e na condição parado, para motocicletas, motonetas, triciclos, ciclomotores, bicicletas com motor auxiliar e veículos assemelhados, nacionais ou importados. Alterada pela Resolução CONAMA n.º 268/00 que altera a Resolução n.º 02, de 11/02/1993, que estabelece limites máximos de ruído com o veículo em aceleração e na condição parado, para motocicletas, motonetas, triciclos, ciclomotores, bicicletas com motor auxiliar e veículos assemelhados, nacionais e importados.

### Resolução CONAMA - 20/1994

Que traz dispositivos sobre o Programa Nacional de Educação e Controle da Poluição Sonora - SILÊNCIO.



### Resolução CONAMA - 256/1999

Estabelece regras e mecanismos para inspeção de veículos quanto às emissões de poluentes e ruídos, regulamentando o Art. 104 do Código Nacional de Trânsito.

### Resolução CONAMA - 272/2000

Define novos limites máximos de emissão de ruídos por veículos automotores.

## **PROCESSUAL**

### Lei Federal - 1.533/1951

Altera disposições do Código de Processo Civil, relativas ao Mandado de Segurança.

### Lei Federal - 4.717/1965

Regula a Ação Popular. Instrumento consagrado na Constituição Federal, legitima qualquer cidadão para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público da União, Estado, Distrito Federal e Municípios ou de entidade que o Estado participe.

### Lei Federal - 7.347/1985

Disciplina a Ação Civil Pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

### Lei Federal - 8.078/1990

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências

### Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999

Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

## **PROPRIEDADE / ZONEAMENTO / INDÚSTRIAS**

### Lei Federal - 1.533/1951

Altera disposições do Código de Processo Civil, relativas ao Mandado de Segurança.

### Lei Federal - 6.803/1980

Estabelece que as zonas destinadas às instalações de indústrias serão definidas em esquema de zoneamento urbano (ZEI, ZUPI e ZUD), aprovado por lei, que compatibilize as atividades industriais com proteção ambiental. Alterada pela Lei 7804/89 que altera os seguintes diplomas legais: a Lei nº 6.938 de 31/08/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação a Lei nº 7.735, de 22/02/1989, a Lei nº 6.803, de 2/07/1980, a Lei nº 6.902, de 21/04/1981.

### Lei Federal - 10.406/2002

Institui o Código Civil - artigo 1.277 (uso anormal da propriedade). Artigo 1299 dispõe sobre o direito de construir.

Decreto Federal - 76.389/1975

Regulamenta o Decreto-Lei 1.413/75 (art. 8º alterado pelo Decreto 85.206/80)

Decreto-Lei - 1.413/1975

As indústrias instaladas ou a se instalarem em território nacional são obrigadas a promover as medidas necessárias para prevenir ou corrigir os inconvenientes e prejuízos da poluição e da contaminação do meio ambiente.

Resolução CONAMA - 06/88

Determina que as indústrias enquadradas no artigo 2º apresentem ao órgão de controle ambiental estadual inventário de seus resíduos, contendo informações referentes à geração, característica e destino final dos mesmos (cf. Anexo I, desta resolução). Nestes termos, impõe às entidades públicas e/ou privadas, quando possuírem estoque de agrotóxicos ou materiais e/ou equipamentos contaminados com PCB's, a entrega de inventário destes estoques ao órgão de controle ambiental estadual (cf. arts. 3º e 4º, desta resolução).

Resolução CONAMA - 23/1996

Regulamenta a importação e exportação de resíduos industriais (proíbe a importação de resíduos da Classe I) - (alterada pela Resolução CONAMA 235/98). Define resíduos perigosos Classe I, resíduos não-inertes Classe II e resíduos inertes Classe III.

Resolução CONAMA Nº 004/1993

Considera de caráter emergencial, para fins de zoneamento e proteção, todas as áreas de formações nativas de restinga.

Resolução CONAMA - 05/1993

Dispõe sobre os procedimentos mínimos para o gerenciamento de resíduos sólidos ou lixo, com vistas a preservar a saúde pública e a qualidade do meio ambiente.

Resolução CONAMA - 235/1998 e 244/1998

Ambas alteram o Anexo 10, da Res. CONAMA 23/96, que dispõe sobre resíduos perigosos Classe I, de importação proibida.

## **PROTEÇÃO DA CAMADA DE OZÔNIO**

Decreto Federal - 99.280/1990

Promulga a Convenção de Viena para a proteção da Camada de Ozônio e do Protocolo de Montreal sobre substâncias que destroem a camada de ozônio.

Decreto Federal - 2.679/1998

Promulga as Emendas ao Protocolo de Montreal sobre substâncias que destroem a Camada de Ozônio, assinadas em Copenhague, em 25 de novembro de 1992.

Decreto Federal - 2.699/1998

Promulga a emenda ao Protocolo de Montreal sobre substâncias que destroem a camada de

ozônio, assinada em Londres, em 29 de junho de 1990.

Decreto Federal - 2.783/1998

Dispõe sobre a proibição de aquisição de produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso de substâncias nocivas à Camada de Ozônio.

Decreto Federal 5.280/2004

Promulga os textos das Emendas ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, aprovadas em Montreal, em 17 de setembro de 1997, ao término da Nona Reunião das Partes, e, em Pequim, em 3 de Dezembro de 1999, por ocasião da Décima Primeira Reunião das Partes.

Resolução CONAMA - 267/2000

Proíbe em todo o território nacional a utilização das substâncias controladas, especificadas nos Anexos A e B (por exemplo: gases CFCs), do Protocolo de Montreal sobre substâncias que destroem a camada de ozônio, e incluídas no Anexo desta Resolução, nos sistemas, equipamentos, instalações e produtos novos, nacionais e importados.

Resolução CONAMA - 315/2002

Dispõe sobre a nova etapa do Programa de Controle de Emissões Veiculares-PROCONVE.

Resolução CONAMA - 340/2003

Dispõe sobre a utilização de cilindros para o envasamento de gases que destroem a Camada de Ozônio, e dá outras providências.

Resolução CONAMA - 342/2003

Estabelece novos limites para emissões de gases poluentes por ciclomotores, motocicletas e veículos similares novos, em observância à Resolução nº. 297, de 26 de fevereiro de 2002, e dá outras providências.

Resolução CONAMA - 354/2004

Dispõe sobre os requisitos para adoção de sistemas de diagnose de bordo - OBD nos veículos automotores leves objetivando preservar a funcionalidade dos sistemas de controle de emissão.

## **RESÍDUOS SÓLIDOS**

Decreto Federal – 4.581/2003

Promulga a Emenda ao Anexo I e Adoção dos Anexos VIII e IX à Convenção de Basiléia sobre o Controle do Movimento Transfronteiriço de Resíduos Perigosos e seu Depósito.

Decreto Federal – 5.472/2005

Promulga o texto da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes, adotada, naquela cidade, em 22 de maio de 2001.

#### Decreto Federal – 5.940/2006

Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências.

#### Decreto Federal – 5.981/2006

Dá nova redação e inclui dispositivos ao Decreto no 4.074, de 4 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins.

#### Resolução CONAMA - 5/1993

Estabelece procedimentos mínimos para o gerenciamento de resíduos sólidos oriundos de serviços de saúde e de portos, aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários.

#### Resolução CONAMA - 257/1999

Dispõe sobre a destinação final de pilhas e baterias.

#### Resolução CONAMA - 258/1999

Dispõe sobre a destinação final de pneus inservíveis.

#### Resolução CONAMA - 275/2001

Estabelece o código de cores a ser adotado na identificação de coletores e transportadores, bem como nas campanhas informativas para a coleta seletiva de lixo.

#### Resolução CONAMA - 283/2001

Dispõe sobre o tratamento e a destinação final dos resíduos dos serviços de saúde.

#### Resolução CONAMA - 307/2002

Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

#### Resolução CONAMA - 308/2002

Licenciamento Ambiental de sistemas de disposição final dos resíduos sólidos urbanos gerados em municípios de pequeno porte.

#### Resolução CONAMA - 313/2002

Dispõe sobre o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos Industriais.

#### Resolução CONAMA - 316/2002

Dispõe sobre procedimentos e critérios para o funcionamento de sistemas de tratamento térmico de resíduos.

### Resolução CONAMA - 330/2003

Institui a Câmara Técnica de Saúde, Saneamento Ambiental e Gestão de Resíduos.

### Resolução CONAMA - 348/2004

Altera a Resolução CONAMA no 307, de 5 de julho de 2002, incluindo o amianto na classe de resíduos perigosos.

### Resolução CONAMA - 358/2005

Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências.

### **TAKE BACK**

### Resolução CONAMA - 263/1999

Inclui o inciso IV ao artigo 6º, da Resolução CONAMA nº 257/1999.

### Resolução CONAMA - 258/1999

Institui o take back de pneus.

### Resolução CONAMA - 257/1999

Institui o take back de pilhas e baterias.

## **TRANSPORTES / PNEUMÁTICOS**

### Decreto Federal - 96.044/1988

- O veículo utilizado no transporte de produto perigoso deverá portar rótulos de risco e painéis de segurança específicos, de acordo com as NBR 7500 e 8286.

- Os veículos deverão portar o conjunto de equipamentos para situações de emergência. - para o transporte de produto perigoso a granel, os veículos deverão estar equipados com tacógrafo, ficando os discos utilizados à disposição dos interessados por três meses. Em caso de acidente, deverão os discos ser mantidos por um ano.

- O veículo que transportar produtos perigosos deverá evitar o uso de vias em áreas densamente povoadas ou de proteção de mananciais, reservatórios de água ou reservas florestais e ecológicas.

- O condutor do veículo, além das qualificações e habilitações previstas na legislação de trânsito, deverá receber treinamento específico.

- Documentação exigida:

I) Certificado de Capacitação para o Transporte de Produtos Perigosos a Granel do veículo e dos equipamentos, expedido pelo INMETRO ou por entidade por ele credenciada;

II) Documento fiscal do produto transportado, contendo as seguintes informações:

a) número e nome apropriado para embarque,

b) classe e, quando for o caso, subclasse à qual o produto pertence,

c) declaração assinada pelo expedidor de que o produto está adequadamente acondicionado para suportar os riscos normais de carregamento, descarregamento e transporte, conforme a

regulamentação em vigor;

III) Ficha de Emergência e Envelope para o Transporte, emitidos pelo expedidor, de acordo com as NBR 7503, 7504 e 8285, preenchidos conforme instruções fornecidas pelo fabricante ou importador do produto transportado, contendo:

- a) orientação do fabricante do produto quanto ao que deve ser feito e como fazer em caso de emergência, acidente ou avaria,
- b) telefone de emergência da corporação de bombeiros e dos órgãos de policiamento de trânsito, da defesa civil e do meio ambiente ao longo do itinerário.

Alterado pelo Decreto nº 4097/02 que altera a redação dos arts. 7º e 19 dos Regulamentos para os transportes rodoviário e ferroviário de produtos perigosos, aprovados pelos Decretos n.º 96.044, de 18/05/1988, e pelo dec. n.º 98.973, de 21/02/1990, respectivamente.

Decreto Federal - 92.804/1986

Altera o Decreto Federal 88.821/1983. Refere-se à conversão de multa em advertência.

Decreto Federal - 88.821/1983

Aprova o Regulamento para execução do serviço de transporte rodoviário de cargas ou produtos perigosos, e dá outras providências.

Decreto-Lei - 2.063/1983

Estabelece multas a serem aplicadas por infração à regulamentação para execução do serviço de transporte rodoviário de produtos perigosos, e dá outras providências.

Resolução CONAMA - 301/2002

Altera dispositivos da Resolução Nº 258, de 26 de agosto de 1999, que dispõe sobre Pneumáticos.

Resolução CONAMA - 291/2001

Regulamenta os conjuntos para conversão de veículos para o uso do gás natural e dá outras providências.

Resolução CONAMA - 282/2001

Estabelece os requisitos para os conversores catalíticos destinados a reposição, e dá outras providências.

Resolução CONAMA - Nº 276/2001

Prorroga o prazo da Resolução 273/00 sobre postos de combustíveis e serviços por mais 90 dias.

Resolução CONAMA - 02/1991

Determina que as cargas deterioradas, contaminadas, fora de especificação ou abandonadas serão tratadas como potenciais fontes de risco para o meio ambiente, sendo que o importador, o transportador, o embarcador ou agente que os represente, responderão solidariamente pelas ações de prevenção, controle, tratamento e disposição final dos resíduos gerados por essas

cargas, salvo previsão específica de responsabilidade em contrato.

## **INDÍGENAS E QUILOMBOLAS**

Lei Federal - 5.371/1967

Institui a Fundação Nacional do Índio – FUNAI.

Lei Federal - 6.001/1973

Dispõe sobre o Estatuto do Índio.

Lei Federal - 7.668/1988

Autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares - FCP e dá outras providências.

Decreto Federal - 1.141/1994

Dispõe sobre as ações de proteção ambiental, saúde e apoio às atividades produtivas para as comunidades indígenas.

Decreto Federal - 1.775/1996

Dispõe sobre o Procedimento Administrativo de Demarcação das Terras Indígenas e dá outras providências.

Decreto Federal - 3.156/1999

Dispõe sobre as condições para a prestação de assistência à saúde dos povos indígenas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, pelo Ministério da Saúde, altera dispositivos dos Decretos nº 564, de 8 de junho de 1992, e 1.141, de 19 de maio de 1994, e dá outras providências.

Decreto Federal - 4.887/2003

Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades quilombolas.

Decreto Federal - 5.051/2004

Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais.

Decreto Federal - 6.040/2007

Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Decreto Legislativo - 143/2002

Aprova o texto da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais em países independentes.

### Resolução CEB - 3/1999

Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências.

### Portaria Conjunta do Ministério do Desenvolvimento Agrário - 9/2004

Dispõe sobre a Regulamentação e Implantação do Programa de Reassentamento de Ocupantes Não-Índios em Terras Indígenas.

### Portaria FUNAI nº 14, de 09 de janeiro de 1996

Estabelece regras sobre a elaboração do Relatório circunstanciado de identificação e delimitação de Terras Indígenas a que se refere o parágrafo 6º do artigo 2º, do Decreto nº 1.775, de 08 de janeiro de 1996.

## **PATRIMÔNIO ESPELEOLÓGICO**

### Decreto Federal - 99.556/1990

Dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional, e dá outras providências.

### Resolução CONAMA - 347/2004

Dispõe sobre a proteção do patrimônio espeleológico.

### Portaria IBAMA - 887/1990

Promove a realização de diagnóstico da situação do patrimônio espeleológico nacional, através de levantamento e análise de dados, identificando áreas críticas e definindo ações e instrumentos necessários para a sua devida proteção e uso adequado.

### Portaria IBAMA - 57/1997

Institui o “Centro Nacional de Estudo, Proteção e Manejo de Caverna”.